

004

**NOTAS SOBRE AS FUNÇÕES COGNITIVAS DA ALMA: SENSAÇÃO E INTELECÇÃO SEGUNDO O DE ANIMA DE ARISTÓTELES.** Marina dos Santos, Balthazar Barbosa Filho (Depto. de Filosofia, IFCH, UFRGS).

O presente texto tem como objetivo apresentar as funções cognitivas da alma humana, sensação e intelecção, segundo o *De Anima* de Aristóteles, tendo por base o projeto teórico bem articulado da definição geral da alma, o qual Aristóteles oferece como alternativa tanto ao dualismo de Platão quanto ao materialismo dos fisicalistas. Tal projeto aristotélico, como pretendemos mostrar, mover-se-á sob a perspectiva bem marcada da doutrina do hilemorfismo, apresentando, assim, a alma como forma ou princípio de efetividade de um corpo organizado, não sendo, pois, redutível à matéria corporal nem uma outra substância que possa existir ontologicamente separada do corpo. A explicação aristotélica das funções cognitivas da alma humana, por sua vez, move-se dentro dos limites bem precisos do realismo grego e engendra-se a partir de uma observação, também, rigorosa da doutrina hilemorfista (conforme a principal interpretação que seguimos: ZINGANO, Marco. *Razão e sensação em Aristóteles*, LP&M, Porto Alegre, 1998). A sensação e a intelecção, embora ambas sejam funções pelas quais a alma humana discrimina e conhece, são, como pretendemos mostrar, distintas e diametralmente opostas. Enquanto, pois, a sensação caracterizar-se-á como uma certa afecção, a qual é uma alteração fisiológica do corpo conjugada à uma operação propriamente anímica de recepção da forma sensível do objeto sem a matéria, a intelecção, por sua vez, caracterizar-se-á pela produção da formas inteligível do objeto a partir das imagem da forma sensível do objeto sem a matéria que é re-apresentada à alma pela imaginação sem o concurso de uma percepção atual. Dado isso, a intelecção não consiste na recepção das formas inteligíveis, até mesmo porque é doutrina bem assentada do aristotelismo que as formas dos compostos, os universais não existem separadamente dos indivíduos dos quais são formas, dos quais são instância, não havendo, portanto, a possibilidade de o intelecto ser afetado pelos inteligíveis. E, por fim, pretendemos mostrar que a separabilidade que Aristóteles imputa ao intelecto em *De Anima* III 5 é epistemológica e não ontológica ou substancial.